PECUÁRIA DE LEITE

O AGRAVAMENTO DA DEFICIÊNCIA ALIMENTAR DAS VACAS NA ENTRESSAFRA PROVOCOU QUEDA ANORMAL DE PRODUÇÃO DE LEITE ENTRE JULHO E OUTUBRO DE 1984. ALIÁS, A BAIXA PRODUTIVIDADE LEITEIRA DEVE-SE, BASICAMENTE, À ALTA DOS PREÇOS DA RAÇÃO, À INFLAÇÃO E, AINDA, AO BAIXO NÍVEL DE INVESTIMENTOS NA PECUÁRIA.

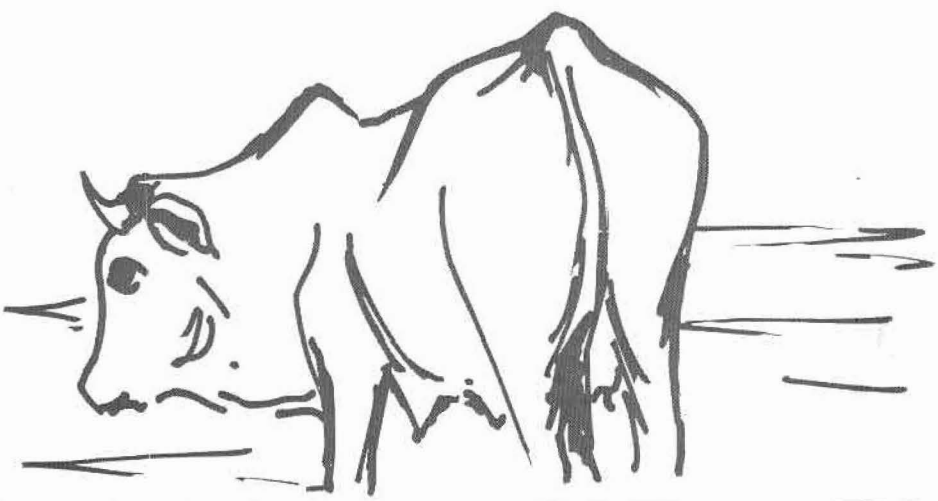
Segundo os dados da **Pesquisa Mensal de Leite**, do **IBGE**, a produção de leite no período de julho a novembro de 1984, ao reduzir-se em 5,8% em relação a igual período de 1983, configurou uma nítida reviravolta em seu desempenho no ano, tendo em vista que a produção do primeiro semestre tinha registrado um crescimento de 10%.

Considerando que o inverno passado não foi dos mais rigorosos, a queda anormal de produção verificada no período só pode ser explicada pelo agravamento da deficiência alimentar das vacas, que, na época da queima de pastos, carecem de ração suplementar para evitar a redução abrupta do rendimento. As causas da não-efetivação desse suprimento alimentar são de dois tipos. O primeiro, conjuntural, refere-se aos preços das rações e de outros fatores de produção, cujos aumentos nos últimos anos superaram notoriamente os reajustes autorizados para o leite e, até mesmo, os índices da inflação. O segundo, de ordem estrutural, diz respeito ao nível de investimentos, sempre abaixo das necessidades requeridas pela atividade, cujo processo de descapitalização, que já era forte nos anos 70 e continua-se intensificando na década atual. A propósito, destaque-se que a descapitalização que se verifica na bovinocultura de leite contribui para a contração do rebanho, revelada pelos **Censos Agropecuários** de 1970 e 1980.

A comprovação dessa tendência é dada, antes de tudo, pelo declínio numérico do rebanho misto (corte e leite), que de cerca de 9 milhões de cabeças, em 1970, caiu para 6,7 milhões, isto é, menos 25,9%, em 1980. A pecuária leiteira também declinou em termos absolutos, atingindo 23,8 milhões de cabeças, ou seja, menos 5,6% do que dez anos antes. A pecuária de corte foi o único segmento que registrou aumento, acentuando a sua preponderância no rebanho. Na verdade, a expansão numérica do gado de corte deu-se em razão das grandes reservas físicas disponíveis nas regiões Norte e Centro-Oeste, cuja ocupação para fins econômicos vem-se acelerando nos últimos qüinqüênios.

Obviamente, a expectativa de ordem econômica que cerca uma atividade criatória, cujos componentes produtivos declinam numericamente, é de haver a especialização do ramo, de modo a se obter crescimento vertical da produção, a fim de continuar atendendo à demanda, que, no Brasil, pelo menos em termos vegetativos, continua crescendo. Diante do exposto, a conclusão óbvia é de que o aumento da produção leiteira, da ordem de 84%, na década de 70, proveio totalmente da melhoria do rendimento das vacas ordenhadas, uma vez que os rebanhos especializado e misto se contraíram no período.

A análise da melhoria do rendimento das vacas ordenhadas, porém, demonstra que o avanço mais significativo deu-se nas regiões Norte (+ 76,5%) e Centro-Oeste (66,8%), onde a produção de leite é inexpressiva. Nas regiões Sudeste e Sul, cujas produções representam 51,1% e 23,3%, respectivamente, do total produzido (11,6 bilhões de litros), em 1980, o aumento da produtividade leiteira foi bem menor, isto é, 39,7% e 34,5%, respectivamente. O avanço no rendimento, evidentemente, é sempre uma função inversa do nível de produtividade considerado como ponde partida, mas no caso brasileiro, as marcas registradas, em 1970, pelas



vacas ordenhadas nas diferentes regiões, podem ser consideradas igualmente baixas. Desse modo, o aperfeiçoamento registrado no período poderia ter sido mais substancial, caso a atividade fosse objeto de maiores investimentos.

". . . a produção de leite no Brasil tem refletido as macroinjunções da economia . . ."

Sabe-se, contudo, que mesmo na fase de expansão da economia, o leite não mereceu a atenção das autoridades governamentais, à semelhança do que ocorreu com os vários alimentos destinados exclusivamente ao abastecimento interno. Assim, sem receber o apoio financeiro adequado, de um lado, e manietada a uma política de preços administrados, de outro, a produção de leite no Brasil tem refletido as macroinjunções da economia, não como produto essencial à cesta básica de alimentos da população, mas pela sua importância nos cálculos dos índices que medem a inflação. A estreiteza desse vínculo tem sido, pois, desastrosa para a sociedade, não só devido ao subaproveitamento do potencial mas, também, à evasão de divisas com a importação de leite em pó, como ocorreu ao longo da década de 70.

Do ponto de vista do pecuarista, a estagnação da produção, característica dos anos 80, em muito se assemelha ao ocorrido no início da década passada, quando a oferta interna regrediu, em virtude da deterioração dos preços no período 1969–73 (ver Quadro 15). Naquela oportunidade, o governo viu-se obrigado, ainda em 1973, a aumentar a importação de leite em pó (para suprir de imediato o mercado) e tomar medidas incentivadoras da produção. Dentre as últimas, foi lançado, na época, o **Programa de Estímulos Técnicos e Financeiros para o Desenvolvimento da Pecuária de Leite** e posta em prática uma política de aumentos reais dos preços para aquele ano e os subseqüentes.

A retomada da produção, que, de fato, se verificou a partir de 1974, adveio principalmente da recuperação dos preços, os quais realmente cresceram até 1975, quando atingiram seu nível mais alto, nos três últimos qüinqüênios. Quanto ao programa de assistência técnica e financeira, logo descontinuado, foi mínima a sua contribuição.

Os preços recebidos pelos produtores, embora tenham declinado após 1975, mantiveram-se em nível satisfatório até 1981, quando iniciaram caminho descendente, aproximando-se do vale registrado no triênio 1970–72 (ver Quadro 15). Desse modo, o que ocorre atualmente com a pecuária leiteira, assolada por um desânimo geral, coincide em muitos aspectos com a que prevalecia há doze anos. A diferença está no fato de que, quando da crise anterior, o governo dispunha de condições de reverter a tendência de queda da produção, mediante injeção de investimentos e aumentos reais do preço do leite. Isto porque naquela fase, a economia em ascensão permitia à população continuar consumindo o produto, mesmo a preços mais elevados. Na atualidade, a implementação dessas medidas afigura-se mais complexa, não só pela escassez de recursos para investir mas, também, pela impraticabilidade de concessão de aumentos reais ao produtor, uma vez que o repasse de preços ao consumidor é bastante difícil, tanto pelo seu reduzido poder de compra como pela repercussão da medida nos índices inflacionários.

Apesar de todos esses obstáculos, é pertinente registrar novamente a importância do leite na cesta de alimentos básicos da população, mormente na conjuntura atual, considerada de transição, quando se fala em pôr em prática programas emergenciais de atendimento às camadas carentes dos grandes centros urbanos. Cabe, também, lembrar que o investimento na distribuição de leite à população infantil, mesmo a fundo perdido, tem compensação garantida, no longo prazo, através de melhor aproveitamento escolar e redução de despesas de assistência médica com cidadãos prematuramente deficientes.

Neste sentido, causa espécie saber que, com toda a vocação e potencialidade de que dispõe para a produção de leite, o Brasil não produz o suficiente para atender a sua população, mantendo-se na incômoda situação de dependente da oferta externa, que aqui chega doada, ou em troca de divisas duramente acumuladas.

QUADRO 15 – BRASIL – EVOLUÇÃO DOS PREÇOS NOMINAL E REAL DO LEITE TIPO ESPECIAL EM NÍVEL DO PRODUTOR – 1969–84

ANO	PREÇO NOMINAL (Cr$/l)	PREÇO REAL[1] (Cr$/l)
1969	0,30	452,00
1970	0,37	475,87
1971	0,45	469,69
1972	0,54	480,39
1973	0,71	549,82
1974	1,11	667,95
1975	1,58	743,51
1976	1,95	649,71
1977	2,87	670,32
1978	3,93	661,79
1979	5,43	595,06
1980	11,46	626,11
1981	24,69	642,67
1982	40,38	537,79
1983	98,97	517,85
1984	282,12	460,42

FONTE – FGV/IBRE/CEA.

[1] Valores corrigidos pelo IGP, Coluna 2, da FGV, para dezembro de 1984.